

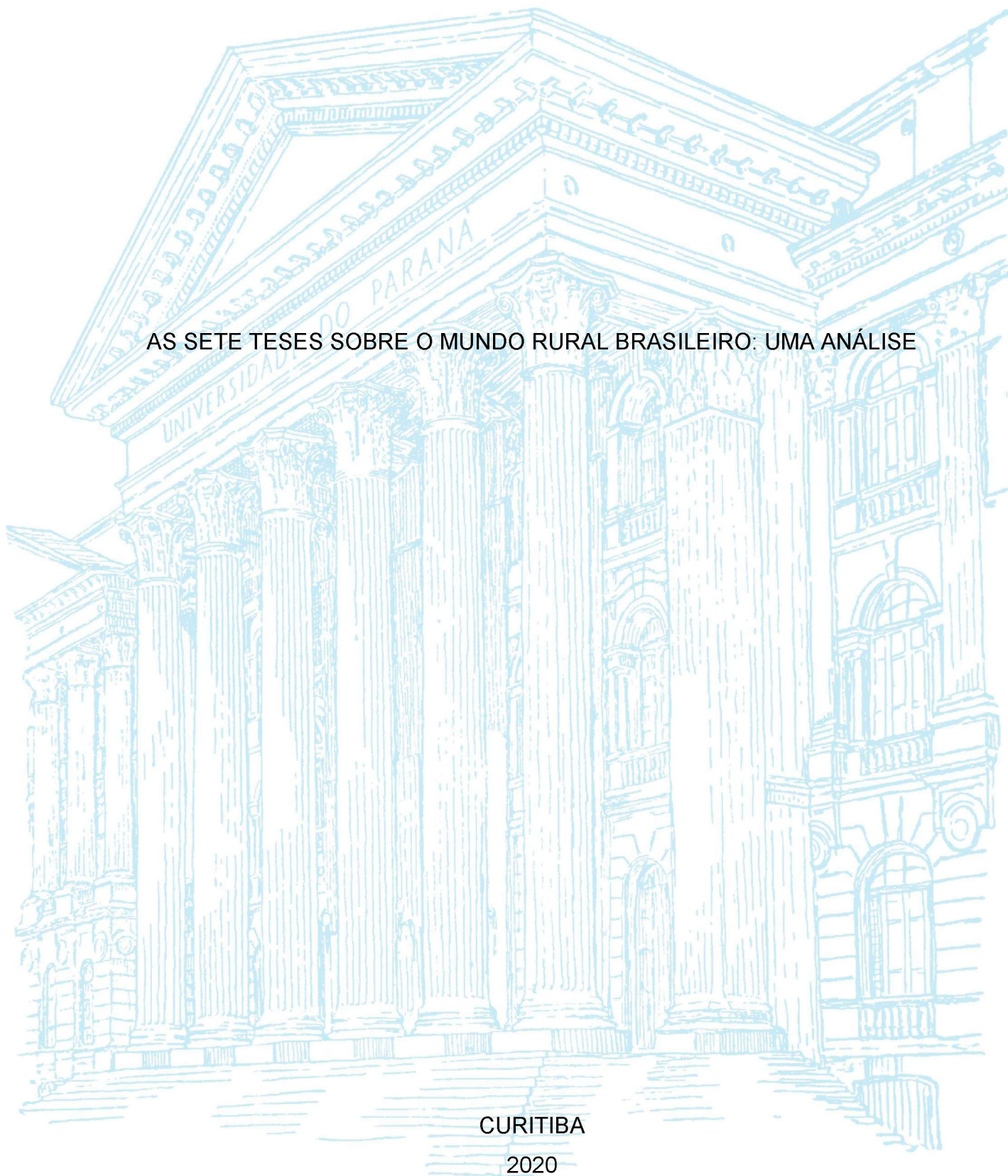
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

AMANDA ELIZE XAVIER PEDRO

AS SETE TESES SOBRE O MUNDO RURAL BRASILEIRO: UMA ANÁLISE

CURITIBA

2020



AMANDA ELIZE XAVIER PEDRO

AS SETE TESES SOBRE O MUNDO RURAL BRASILEIRO: UMA ANÁLISE

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Ciências Econômicas, Setor de Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Paulo Fuck

CURITIBA

2020

TERMO DE APROVAÇÃO

AMANDA ELIZE XAVIER PEDRO

AS SETE TESES SOBRE O MUNDO RURAL BRASILEIRO: UMA ANÁLISE

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Prof. Dr. Marcos Paulo Fuck

Orientador – Departamento de Economia, UFPR

Prof. Dr. Junior Ruiz Garcia

Departamento de Economia, UFPR

Prof. Dr. Luis Claudio Krajevski

Departamento de Economia, UFPR

Curitiba, 15 de dezembro de 2020

À minha família, que é meu alicerce. Aos meus docentes, pelos quais sempre nutrirei admiração e respeito. Ao meu grande amor e eterno melhor amigo, Matheus, que tornou minha rotina mais leve.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a **Deus**, por ter me permitido trilhar esse caminho em minha vida.

Aos meus pais, que me abriram portas e me incentivaram a ir sempre além, sem, contudo, exigir nada de mim, me permitindo sentir tranquilidade nessa jornada.

Ao Matheus Antony **Ribeiro Egger**, que me ajudou a planejar melhor meu tempo, a me aprimorar em minhas dificuldades e a não entristecer nas horas difíceis, sempre me motivando a ter autoconfiança.

Aos meus professores, que, sem saber, me tornaram um ser humano melhor e mais resiliente, que aprendeu a superar desafios.

Aos meus colegas e amigos, que tornaram mais leve minha rotina.

“O ignorante afirma, o sábio duvida, o sensato reflete.”

(Aristóteles)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 AS SETE TESES SOBRE O MUNDO RURAL BRASILEIRO.....	10
2.1 A PRIMEIRA TESE	10
2.2 A SEGUNDA TESE	16
2.3 A TERCEIRA TESE	23
2.4 A QUARTA TESE.....	26
2.5 A QUINTA TESE	30
2.6 A SEXTA TESE.....	34
2.7 A SÉTIMA TESE	36
3 CONCLUSÃO	38
4 REFERÊNCIAS.....	39

1 INTRODUÇÃO

Em 2013, foi publicado na *Revista de Política Agrícola* o artigo “Sete teses sobre o mundo rural brasileiro”, de autoria de Antônio M. Buainain, Eliseu Alves, José Maria da Silveira e Zander Navarro. Os autores desse trabalho se inspiraram no artigo “*Siete tesis equivocadas sobre América Latina*”, de Rodolfo Stavenhagen, publicado em 1965, bem como na obra “Sete ensaios sobre a economia brasileira”, de Antônio Barros de Castro, publicada em 1969, os quais criticavam as visões tradicionais da economia acerca do mundo rural¹. Para Castro, por exemplo, a agricultura brasileira contribuiu com a industrialização, isto é, fez justamente o contrário do que acreditava a visão econômica tradicional. As sete teses sobre o mundo rural brasileiro, de Buainain et al. (2013), buscam definir, através de premissas, o cenário de mudanças que ocorreram na agropecuária no último meio século, com uma intensificação tecnológica e produtiva, novos padrões de consumo, uma população mais exigente com relação à segurança alimentar e ao meio ambiente e, portanto, um mercado cada vez mais seletivo.

Consoante a visão de Buainain et al. (2013), em 1960, a economia agrícola brasileira passou por um ponto de inflexão com a instituição do sistema de crédito rural aliado à implantação de um modelo de modernização da agricultura, inspirado na economia norte-americana. Além do crédito, outras variáveis que passaram a ser relevantes no setor foram a extensão rural e a pesquisa agrícola produzida por instituições públicas. Portanto, a década de 1960 constitui o “quando?” da mudança analisada pelos autores. Com relação ao “quem?”, os autores dizem não ser possível, ainda, determinar quais grupos ativaram tal processo de mudança, mas afirmam, por outro lado, quais não o fizeram: os membros da velha oligarquia agrária. Para Buainain et al. (2013), a expansão havida no final da década de 1960 acarretou em uma geração de agricultores que migraram para fronteiras agrícolas em busca de renda e de lucro, em especial os sulistas. No que tange a “como” se desencadeou a intensificação tecnológica e produtiva do setor, os autores elencam o novo padrão de financiamento da agricultura na década de 1990, com aumento de recursos privados e mudanças nas políticas cambiais, que, segundo eles,

¹ As visões tradicionais, segundo Castro (1969), elencavam o mundo rural como sinônimo do atraso econômico e das práticas sociais e políticas conservadoras, e significavam o bloqueio à expansão de uma sociedade moderna.

melhoraram a competitividade dos produtos de exportação. Outro fator catalizador desse processo foi a expansão econômica chinesa, que levou ao *boom* das commodities.

Para descrever esse conjunto de acontecimentos recentes no mundo rural brasileiro, os autores supracitados desenvolveram sete teses que os resumem. A primeira delas, “uma nova fase do desenvolvimento agrário”, discute a questão da perda de importância relativa da terra na apropriação de riqueza no campo em detrimento do capital. A segunda tese, “inovações na agricultura – o maior de todos os desafios”, discute o processo de produção e introdução de inovações na agropecuária, e como isso mudou completamente sua natureza, além de ter introduzido o desafio de opor distintos interesses sociais e econômicos. A terceira tese, “o desenvolvimento agrário bifronte”, afirma que a nova fase do mundo rural consiste na concentração da produção cada vez maior, aumentando a diferenciação social. A quarta tese, por seu turno, denominada “a história não terminou, mas o passado vai se apagando”, argumenta a favor do desaparecimento da relevância da questão agrária no Brasil. A quinta tese, “o Estado – da modernização às novas tarefas”, afirma que o papel do Estado na agricultura mudou, e que atualmente as políticas públicas se tratam de iniciativas “fragmentadas, improvisadas e sem nítidos objetivos estratégicos” (p. 1177). A sexta tese, “a ativação de uma relação perversa”, observa com pessimismo o futuro dos pequenos estabelecimentos rurais no Brasil. Por fim, a sétima tese, “rumo à via argentina de desenvolvimento”, discorre sobre a ausência de políticas de desenvolvimento rural no Brasil, implicando em um esvaziamento demográfico do campo aliado a uma agricultura de larga escala, provocando um cenário rural semelhante ao da Argentina.

Logo após a publicação das ideias de Buainain et al. (2013), algumas críticas a respeito surgiram na academia, destacando-se, aqui, as de Mattei (2014), Boechat e Kluck (2017). Os autores criticam a falta de pluralidade daquele debate, que se apresenta, segundo eles, de forma ideológica e enviesada, enfatizando a “agricultura moderna” como superior às demais formas de produção rural, buscando, assim, favorecer determinados projetos políticos, sem observar os contextos sociais e históricos em torno da produção rural.

2 AS SETE TESES SOBRE O MUNDO RURAL BRASILEIRO

2.1 A PRIMEIRA TESE²

Consoante a chamada “primeira tese” sobre o mundo rural brasileiro, após a década de 1980, a terra deixou de ser a principal fonte de formação e apropriação de riqueza no campo, perdendo a principal característica que antes possuía (BUAINAIN et al., 2013). Ocorre que, na formação econômica brasileira, a posse e a propriedade da terra, por terem sido os principais caminhos de geração de renda, acarretaram em processos de acumulação na agricultura, que combinavam a aquisição daquele fator ao baixo custo da mão de obra nele existente. Por outro lado, no chamado “novo padrão” rural é o capital que passa a conduzir o desenvolvimento agrícola. Assim, a produtividade no setor agropecuário passa a depender dos investimentos em infraestrutura, máquinas, tecnologia e na qualidade da terra, bem como em recursos ambientais e no treinamento do capital humano. Nesse cenário, necessita-se cada vez mais de capital de giro para viabilizar a produção. Há, ainda, uma tendência de separação entre a propriedade da terra e seu uso. Como a atividade exige disponibilidade de capitais e ampliação dos níveis de risco, ela abandonou seu então amadorismo e passou a demandar a gestão de “profissionais do capital”, conforme exposto por Buainain et al. (2013). As inovações, a lógica tecnológica, os processos de especialização produtiva, o aumento das escalas de produção, a concentração de riqueza, a ampliação da diferenciação social entre produtores rurais e a hegemonia da “agricultura moderna” por meio de um padrão técnico dominante são características desse “novo mundo” rural.

Alinhado às ideias de Buainain et al. (2013), Balestro e Lourenço (2014) discorreram a respeito do processo de financeirização do agronegócio brasileiro, destacando como fatores desencadeadores dessa nova fase a entrada de empresas multinacionais em setores que, até então, eram dominados por empresas familiares (a exemplo da produção de etanol em usinas), bem como a dominação da cadeia de valor de insumos por aquelas empresas, que passam a realizar mais investimentos

² “A partir do final da década de 1990, o desenvolvimento agrícola e agrário passou a experimentar uma nova, inédita e irreversível dinâmica produtiva e econômico-social no Brasil – um verdadeiro divisor de águas em nossa história rural” (BUAINAIN et al., 2013).

em pesquisa e desenvolvimento e a oferecer tecnologias melhores aos produtores rurais. Segundo aqueles autores, o fenômeno da financeirização teria como consequências a “emergência do valor ao acionista como o princípio orientador do comportamento corporativo” (ZWAN, 2013³ citado por BALESTRO; LOURENÇO, 2014 p. 246). Assim, no lugar da preocupação com fatores de competitividade, as empresas passaram a se preocupar com indicadores de mercado que comparam os seus resultados financeiros ao preço de suas ações acrescidos de um prêmio de risco (AGLIETTA; RÉBÉRIOUX⁴, 2005 citados por BALESTRO; LOURENÇO, 2014 p. 247), buscando a entrega daqueles resultados no curto prazo. Há, portanto, um novo modelo de governança corporativa, no qual o que mais importa em uma organização é o preço das ações e o controle dos investidores. Isso desestimula os investimentos produtivos da firma, pois estes podem piorar os indicadores financeiros. Nesse sentido, afirmam Balestro e Lourenço:

A popularização do mercado de ações (...) fez com que o discurso da maximização do valor ao acionista tivesse mais apoio político e legitimidade. No caso brasileiro, foi paradigmático o maior ativismo dos fundos de pensões de grandes empresas estatais como a Petros (mantida pela Petrobras) e a Pevi (mantida pelo Banco do Brasil). Nesse sentido, a maximização do valor ao acionista caminha *pari passu* com a “democratização” do capital via mercado acionário. (BALESTRO; LOURENÇO, 2014, p. 249).

Desse modo, a busca por rentabilidades financeiras caminharia lado a lado à redução do investimento real – e os lucros, nesse sentido, vêm sem investimentos –, criando uma sociedade rentista. A título de exemplificação do fenômeno no agronegócio, pode-se dizer que o número de contratos de futuros e opções relacionados a *commodities* cresceu 195% entre 2000 a 2011 (BALESTRO; LOURENÇO, 2014). A financeirização nesse setor distanciou sua produção de seu controle, com a entrada de novos atores no ambiente, tais quais as instituições financeiras, os investidores institucionais brasileiros e estrangeiros e as pessoas jurídicas não financeiras (*trading companies*, empresas da indústria agroquímica e cooperativas). As consequências desse processo apontadas pelos referidos autores são várias e bastante pessimistas. Primeiramente, depreende-se um desequilíbrio

³ ZWAN, N. van der. Making sense of financialization. *Socio-Economic Review*, [New York], v. 12, p. 99-129, 2013.

⁴ AGLIETTA, M.; REBÉRIOUX, A. *Corporate governance adrift: a critique of shareholder value*. Cheltenham: Edward Elgar, 2005.

distributivo de recursos na cadeia de valor do agronegócio, que passa a ser mais concentrado no capital financeiro, e não no capital produtivo. Ainda, como os investidores captam um maior excedente do valor gerado, isso reduz a qualidade dos produtos – já que os custos “devem” ser menores para atrair investimentos –, a sustentabilidade – pois os recursos são pressionados – e as condições de trabalho (a redução de custos também leva à baixa nos salários).

Paralelamente, o enfoque de Buainain (2014) no que tange à primeira tese foi buscar relacionar o novo padrão agrícola a um contexto institucional pertencente ao século 21, que abrange um conjunto de regras e normas de comércio, desejo dos consumidores, tecnologia utilizada, políticas gerais e setoriais e a própria cultura que norteia a sociedade. Nesse sentido, o autor destaca que a agricultura nacional se insere em um contexto schumpeteriano, na medida em que o país deixou de ser um monopolista em diversos mercados de *commodities* agrícolas, e passou a enfrentar uma forte concorrência, que o impõe padrões econômico-institucionais mínimos. Essa necessidade de adequação às exigências do mercado seria condição *sine qua non* para a sobrevivência dos produtores. Portanto, tem-se uma visão mais otimista em relação ao novo padrão agrícola, se comparado à de Balestro e Lourenço (2014), ainda que se trate de produções sobre a mesma tese.

Para Buainain (2014), um condicionante da “nova agricultura” seria sua forte regulação, devido aos mecanismos de *enforcement* trazidos em conjunto às convenções e aos tratados internacionais. Buainain (2014) destacou, na área ambiental, a *Convenção da Diversidade Biológica*, o *Protocolo de Cartagena*, a *Convenção de Combate à Desertificação e Utilização de Recursos Hídricos*. Já na área de segurança alimentar e saúde, destacaram-se o *Codex*, a *Convenção-Quadro*, a *Convenção Internacional para Proteção dos Vegetais (CIPV)*, as regras criadas pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) e o *Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias*. Por fim, em se tratando da área social, Buainain destacou a *Agenda do Trabalho Decente*. O autor ressaltou que a eficácia desses mecanismos tem relação com o ambiente altamente concorrencial, e de maior pressão e controle social.

Não menos importante seria, ainda, a seguridade e a segurança dos alimentos, que é preocupação relevante no mundo atual. Essa exigência no mercado se manifestaria, consoante o autor supramencionado, através de normas técnicas do comércio ou barreiras não tarifárias (BNT). Além disso, a ausência da

qualidade e da seguridade dos alimentos e das matérias-primas do setor agropecuário acaba reduzindo o preço desses bens, e essa consequência leva os produtores a se preocuparem com tais características. Buainain (2014) chegou a citar a agricultura brasileira como parte desse processo, que observou, nessa “nova era”, o crescimento exitoso de suas exportações. Como estudo de caso nesse sentido, citou o impacto da Instrução Normativa nº 51 na cadeia produtiva do leite, já que diversos produtores inovaram suas técnicas a fim de atender às exigências sanitárias contidas naquele dispositivo.

Outro elemento condicionante do novo padrão acumulativo da agricultura brasileira é, para Buainain (2014), a conscientização ambiental por parte da sociedade. Na verdade, ocorre que havia, no passado, o que o autor chama de “fantasma malthusiano”, pois muitos países vivenciavam grande escassez de alimentos e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) alarmava sobre a fome no mundo, o que levou à ocorrência da Revolução Verde e aos grandes progressos na agropecuária nos últimos 50 anos. Buainain diz que a multiplicação dos alimentos havida nesse momento teve proporções provavelmente equivalente “às do milagre da multiplicação dos peixes”. Toda essa dinâmica gerou um desgaste de recursos naturais, e o mundo assistiu a impactos ambientais desagradáveis. Como resposta, as instituições passaram a refletir sobre o tema, o que demandou uma complexa convergência entre os interesses da sociedade e os dos produtores. Nesse sentido, Buainain citou o debate acerca do Novo Código Florestal (Lei nº 12.651/2012), qualificando o debate a respeito como “longo” e “ainda não encerrado”.

Buainain (2014) também destacou o papel, na nova agricultura, do “novo consumidor”. Esse agente não somente quer alimentos mais seguros e de maior qualidade, como também quer consumir produtos “associados à natureza” e orgânicos, pois se cansou de consumir aqueles excessivamente industrializados. Além disso, esse consumidor do século 21 também busca diversidade, sabores melhores e um fluxo maior de abastecimento de alimentos. O autor pontua que, ao contrário do senso comum, quando a agropecuária busca atender a todas essas exigências, não há um uso menos intensivo de capital, mas sim, uma necessidade crescente de investimentos e aquisição de tecnologia para produzir esses bens em todas as estações do ano, mesmo que não sejam as estações comuns. Isso

reproduz mais capital e, para Buainain, mais conhecimento, gestão, interrelação com mercados e instituições em geral.

O autor supramencionado também discorreu a respeito da passagem de um cenário de “oferta ilimitada de mão de obra” na agropecuária para um contexto de escassez desse fator de produção. Algumas das razões elencadas para tal foram a modernização ocorrida nos sistemas produtivos de 1960 a 2000, a rejeição do jovem ao trabalho pesado exercido no campo e a busca de melhores oportunidades nas regiões urbanas e mudanças institucionais como a remuneração direta do trabalho, o risco da falta de mão de obra nos momentos demandados e os novos riscos trabalhistas da contratação desses trabalhadores, tendo em vista a extensão da legislação trabalhista aos trabalhadores rurais.

Em seguida, Buainain (2014) apresenta um cenário de modernização, custo, financeirização e riscos, que também é condicionante do novo padrão analisado. A esse respeito, ressaltou que o modelo produtivo atual demanda uma elevação de investimentos, dos custos monetários para manter o sistema (uso de insumos, mão de obra mais qualificada, tecnologias de ponta e serviços em geral) e do capital de giro. Não são mais a terra e o trabalho que compõem os custos produtivos, mas sim, máquinas agrícolas, fertilizantes e defensivos. Os produtores passaram a se inserir nos mercados financeiros, pois se viram obrigados a utilizar mecanismos de gestão de risco, como as operações de *hedge* nos mercados futuros ou as antecipações de vendas. Ademais, atualmente há fundos financeiros ligados à agricultura brasileira. Os riscos associados a tal financeirização são expostos pelo autor através de um gráfico que mostra a política macroeconômica influenciando as receitas do setor, com impactos advindos das mudanças nas taxas de câmbio.

Ainda, a revolução da gestão também se insere, segundo Buainain (2014), como condicionante do novo mundo rural. O autor expõe um fato: os agricultores do novo século necessitam de uma capacidade de gestão que outrora era parcialmente dispensável. É preciso ter cautela com os riscos de pragas, com as mudanças climáticas e seu impacto na produção, com o atendimento às exigências sanitárias, com a segurança alimentar e, para tudo isso, necessário se faz conhecer tecnologias diversas, a fim de se obter uma correta gestão da produção. Ainda, também é importante se ter uma boa gestão institucional, pois as “burocracias” têm aumentado a cada dia e, com isso, é preciso conhecer contratos, legislações ambientais e sociais, seguros rurais. Como se não bastasse, dada a financeirização

da agropecuária, o produtor também precisa ter uma gestão de mercado, a fim de gerir os riscos presentes nesse novo contexto. Assim, não importa se grande ou pequeno, o agricultor precisa adquirir todo esse arcabouço.

Por último, Buainain (2014) pontuou como característica da nova agricultura brasileira “a intensificação do crescimento extensivo”. Com isso, o autor se refere ao fato de que, nas sete primeiras décadas do século XX, o Brasil pautou sua produção agropecuária em um modelo de crescimento extensivo, que se caracterizava pelas aquisições de patrimônio na forma de terras virgens e da utilização, nessas terras, de mão de obra não qualificada. A valorização do patrimônio adquirido se dava com o crescimento da economia brasileira e consequente demanda por alimentos e matérias-primas agropecuárias. Passadas aquelas sete décadas, houve um ponto de inflexão na economia brasileira. Através da análise da produtividade total dos fatores (PTF), o autor demonstra que o produto da agricultura cresceu 243% entre 1970 e 2006, enquanto o uso de insumos cresceu apenas 53%, o que mostra um crescimento baseado na produtividade. Ainda, demonstrou-se que enquanto o produto da agropecuária, entre 2000 a 2012, cresceu em média de 4,71% ao ano, os insumos cresceram a uma taxa anual de 0,62%. Logo, o crescimento ocorreria com pouca pressão sobre o uso da terra, o que se confirma com a queda de 9,7% no uso da quantidade de terras pela agricultura no último período citado. Também houve queda no total de mão de obra utilizada entre 2000 a 2012, em 9%. Paralelamente, a produtividade do trabalho, terra e capital cresceram, anualmente, 5,4%, 4,9% e 3,1%, respectivamente. Tudo isso se deve ao uso de fertilizantes e defensivos na produção do setor e, em especial, à engenharia genética.

Por outro lado, Souza Filho (2014) discorreu a respeito da geração e distribuição de excedentes em cadeias agroindustriais, além de suas consequentes implicações para a política agrícola. O autor, assim como os demais que apresentaram a primeira das “sete teses” do mundo rural no Brasil, expôs os novos desafios com os quais se deparam os produtores agropecuários, sendo eles as novas demandas dos consumidores e varejistas por melhoria nas qualidades daqueles bens, diversificação, fornecimento mais frequente, respeito ao meio ambiente, segurança alimentar, alinhamento à legislação trabalhista etc. Entretanto, a visão que o economista trouxe se preocupa com o impacto dessas demandas nos diversos canais de comercialização do setor: atacado, varejo, cozinhas industriais, órgãos governamentais, hotéis e restaurantes, organizações dedicadas à promoção

de comércio justo e economia solidária, feiras livres, agroindústrias processadoras, programas governamentais de aquisição de alimentos e outros. Destacou-se, nesse sentido, o papel cada vez mais crescente das redes varejistas, que são concentradas no mercado. Essas redes têm estreitado suas relações com fornecedores de produtos agropecuários, bem como as agroindústrias que fornecem produtos processados. Para evitar a perda de poder de mercado, essas empresas de varejo alimentar também buscam desenvolver fornecedores próprios. O autor destaca, portanto, o padrão de concentração de mercado que existe no setor, sugerindo que as políticas agrícolas se atentem a esse fato em suas formulações, para sanar problemas distributivos.

2.2 A SEGUNDA TESE⁵

Na segunda tese do mundo rural brasileiro desenvolvida por Buainain et al. (2013), “inovações na agricultura – o maior de todos os desafios”, sustenta-se que o processo de produção e introdução de inovações na agropecuária alterou completamente sua natureza, que hoje se depara com desafios ao opor distintos interesses sociais e econômicos. Os referidos autores se contrapõem, nesse sentido, às inúmeras críticas existentes à Revolução Verde, já que esta teoricamente afastou o “fantasma malthusiano” em países como Índia, Paquistão, China e México. Ocorre que, com a emergência dos temas ligados à proteção ambiental, as críticas à Revolução Verde se intensificaram, mas em nenhum país, consoante Buainain et al. (2013), criaram um bloqueio às pesquisas científicas nesse campo, apenas no caso brasileiro. Entretanto, emerge-se um problema à agroindústria nesse cenário, que precisa atender às velhas demandas dos produtores, ligadas a uma maior produtividade seguida de redução de custos e, ao mesmo tempo, às “novas reivindicações sociais”. Para os autores supracitados, é absurda a ideia de difundir tecnologias alternativas, com menor produtividade, que viriam a fornecer proteção ambiental. Portanto, trata-se de uma tese polêmica que por vezes se assemelha a um ataque a diversas ideias.

⁵ “O processo de produção e difusão de inovações na agropecuária mudou completamente sua natureza, quando comparado com o de algumas décadas passadas. É hoje um desafio gigantesco, pois opõe distintos interesses sociais e econômicos (rurais e não rurais). Considerando-se o tema das mudanças climáticas, ultrapassa inclusive as fronteiras nacionais.” (BUAINAIN et al., 2013)

Sob a luz da referida tese, Silveira (2014) discorreu sobre alguns temas pertinentes às mudanças que deram origem à forma da agricultura no século 21. O autor se posiciona acerca de um questionamento comum a debate público que teve grande relevância entre as décadas de 1970 e 1980, época em que o país elaborou diversas estratégias de industrialização: “agroindustrializar ou exportar?”, e o caracteriza como o “dilema da estagnação”. À época do referido debate, foram criadas políticas de contingenciamento das exportações, o que atingiu mais significativamente a indústria nascente de grãos-carne – que, segundo Silveira (2014), tinha a soja como pilar. Ainda, em um cenário de urbanização e êxodo rural, o chamado “Problema Alimentar do Brasil” (HOMEM-DE-MELLO, 1981⁶; citado por SILVEIRA, 2014, p. 377) estimulou a formulação de políticas de armazenamento de grãos e de importação de cereais, com ênfase no trigo. Portanto, no contexto, tinha-se uma agricultura tradicional e não muito desenvolvida, que provocava problemas de segurança alimentar e na balança comercial do país e baixos índices de rendimento em setores como a pecuária. Outra característica da época supracitada é a existência do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), que condicionava (até 1982) a concessão de crédito à elaboração de projetos técnicos que visassem a modernização agrícola, por meio da intensificação de capital. Tal medida acarretava na concentração de recursos captados pelos grandes agricultores que, em geral, tinham menor eficiência e eficácia (SILVEIRA, 2014), de modo que o dilema “agroindustrializar ou exportar” tornou-se um debate acerca de conflito distributivo, no qual muitas vezes associava-se a modernização como algo “doloroso”.

Em meio a esse debate, o Brasil passou por pontos de inflexão em suas políticas. Após 1982, por exemplo, Silveira (2014) aponta que houve uma facilitação no acesso ao crédito rural, que passou a ser mais voltado para o comércio em detrimento do custeio. Além disso, criaram-se processos de privatização no setor agropecuário, bem como uma crise do estado que culminou com o virtuoso desmonte do aparato intervencionista que, de acordo com Silveira (2014), “aprisionava importantes cadeias agrícolas”, a exemplo dos complexos

⁶ HOMEM-DE-MELLO, F. **O problema alimentar no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 226.

sucroalcooleiro, do algodão e do café.⁷ Na década de 1990, por outro lado, o crédito direcionado assumiu a forma do Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e, em seguida, de um Ministério que buscava atenuar o problema fundiário. Nesse sentido, segundo Silveira, a visão dualista de outrora e o dilema supramencionado foram superados e redefinidos, pois:

A crise do estado e da economia, os processos de privatização e de redefinição do aparato institucional da agricultura, somados à expansão dos distintos elementos que passaram a compor as cadeias agroindustriais, transformaram a agricultura em agronegócio e a agricultura familiar em expressão da ocupação do espaço rural. (SILVEIRA, 2014, p. 379)

Para o referido autor, esse processo também pode ser denominado “saída para a frente”, e culminou no aumento, nas décadas mais recentes, da produtividade agropecuária. O que criou esse êxito foi a consolidação de um sistema de pesquisa e de inovações na agropecuária, algo que tornou o debate de “imposição de limites à exportação e de incentivos à agroindustrialização (via taxação das exportações, principalmente) progressivamente irrelevante” (SILVEIRA, 2014, p. 380).

Outro dilema sobre o qual discorreu Silveira (2014) é o de “criar o agronegócio ou valorizar o território”. O autor explica que na Europa, em especial na França, é comum o direcionamento de subsídios que estimulem a configuração dos espaços rurais, o que faz com que seja comum a criação de conceitos de qualidade associados ao território, a exemplo dos certificados de origem. Trata-se da valorização de competências e conhecimentos de uma região acumulados historicamente. Entretanto, na opinião do referido autor, o que se cria a partir disso é uma “ideologia de antiprodutividade”: os territórios se deparam com cotas produtivas e os processos produtivos sofrem com políticas intervencionistas. Ademais, na visão de Silveira, outra restrição do mundo rural europeu são aquelas “impostas” (em suas palavras) por ambientalistas. Esse fenômeno contrasta com o que se vê nos Estados Unidos: políticas que incentivam o uso de insumos modernos e aumentam a produtividade (SILVEIRA, 2014). Para o autor em questão, o dilema citado só seria compreensível se a valorização do agronegócio ou dos espaços rurais fossem elementos excludentes. Contudo, nenhuma das duas medidas, em sua visão, deve

⁷ O autor citou o fim do Instituto do Açúcar e do Alcool – IAA, bem como o fim da vinculação da pesquisa sobre o setor de algodão ao Instituto Agrônomo de Campinas – IAC e ao Instituto Agrônomo do Paraná – Iapar, e o fim do Instituto Brasileiro do Café – IBC.

ser tomada ao extremo. Portanto, a preocupação do autor é se o Brasil irá “sobreviver” à “emergência da alternativa agroecológica e à visão baseada em território”. Em sua opinião, no país, a política territorial se confunde com a política de combate à pobreza, e atribui ao êxito do agronegócio questões como o desmatamento na Amazônia.

Finalmente, Silveira (2014) acredita que o Brasil obteve sucesso ao consolidar um sistema agroindustrial de maior complexidade e competitividade em relação ao seu passado de baixa produtividade em razão, principalmente, da formação de um Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, traduzido por centros de excelência em pesquisa, universidades e institutos públicos de pesquisa, tal como a Embrapa. A força desse sistema se encontraria no melhoramento genético e nos conhecimentos de biologia avançada. Ainda, para o autor, o que fortalece esse processo no país é a pressão de grupos organizados, as organizações cooperativas e a forma de organização da própria Embrapa.

Vieira Filho (2014), por seu turno, em corroboração às ideias apresentadas por Silveira (2014), explica que a agricultura brasileira se desenvolveu tal como é hoje graças à combinação de elementos como tecnologia, conhecimento e capacidade de absorção. O autor analisa três momentos ao longo desse desenvolvimento: o momento 1, de 1960 até meados da década de 1970, o momento 2, de meados da década de 1970 até o início da década de 1990, e o momento 3, da década de 1990 até 2014. No primeiro momento, ganhava importância a cultura da soja na região Sul do país. Além disso, a produção de suínos e aves passava a depender do farelo de soja, que era importante fonte de proteína vegetal na alimentação animal. Também houve a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural, em 1965, o qual foi, conforme exposto, discutido por Silveira (2014), e da Embrapa, em 1973, fundamental para a organização de uma estratégia nacional de pesquisa agropecuária. À época, o Brasil ainda era importador líquido de alimentos.

No segundo momento desse processo, houve a criação da Embrapa Soja, em 1975, em estado que era pioneiro no cultivo desses grãos: o Paraná. Também se criou o Programa Nacional do Alcool (Pró-Alcool), em 1975, em resposta ao primeiro choque do petróleo, visando estimular a substituição de combustível fóssil por álcool. Ademais, a fronteira agrícola brasileira expandiu-se ao Centro-Oeste graças a pesquisas para adaptação de mudas e sementes resistentes ao clima mais

seco e quente dos cerrados com latitudes mais baixas. Outros acontecimentos foram importantes, tais quais a promoção do manejo integrado de pragas, as pesquisas da Embrapa em 1980 que resultaram na inoculação de bactérias captadoras de nitrogênio na semente de soja, promovendo maior produtividade sem o maior uso de fertilizantes, e a mecanização promovida no Centro-Oeste em decorrência dos planaltos e do baixo custo da terra.

No último momento analisado, ampliou-se o plantio direto, aumentando a qualidade das sementes. Além disso, no contexto macroeconômico, ocorria uma estabilização monetária e uma abertura do mercado, devido ao Plano Real. Instituíram-se também programas de financiamento e de investimento, tais quais o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 1996, e o Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota), mais tarde. Vieira Filho (2014) também destacou a criação da Medida Provisória de Biossegurança, em 1995. Nesse mesmo ano, o Brasil assinou o acordo internacional *Trade Related Aspects of Intellectual Rights Including Trade in Counterfeit Goods* (Trips), passando por mudanças institucionais no que tange à propriedade intelectual, com a criação da Lei de Proteção de Cultivares (LPC) em 1997. Na época, ocorreu também o plantio de soja geneticamente modificada, ainda que ilegalmente (a legalização se deu em 2003 para a soja, em 2005 para o algodão e em 2008 para o milho). Houve a segunda expansão da fronteira agrícola, para o Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia). Finalmente, o crescimento da economia internacional após 2002 impulsionou a demanda por alimentos. Atualmente, pode-se dizer que a agricultura brasileira é *knowledge-based*, e não se compara mais à anterior.

Ainda, Vieira Filho (2014) mostra, através de dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, na sigla em inglês), que a taxa de crescimento brasileira da produtividade agrícola nos três momentos citados é crescente (com exceção da produção de leguminosas), enquanto que mundialmente decresce ou não possui tendência alguma. O ponto de inflexão se dá entre as décadas de 1970 e 1980, momento no qual o Brasil passa a ter taxas de crescimento maiores que a mundial. Os dados expostos apresentariam maior diferença ao se considerar que o crescimento da produção mundial pode ter sido puxado pela produção brasileira. Adicionalmente, observa-se que há uma redução

do crescimento populacional, tanto no Brasil quanto no mundo. Isso faz com que o país se torne exportador líquido de alimentos, e não mais importador líquido.

Posteriormente, o autor analisa a heterogeneidade produtiva e tecnológica, discutindo a capacidade de absorção de novos conhecimentos no Brasil. Vieira Filho (2014) explica que tanto os processos de aprendizado quanto os de difusão estão associados à capacidade de absorção tecnológica. Por isso, analisa o Censo Agropecuário de 2006 para verificar a situação brasileira nesse sentido. Através da medida de produtividade total dos fatores (PTF) e do conteúdo tecnológico, alto ou baixo, demonstrou-se que há forte concentração de renda nos setores de alta intensidade tecnológica. Ademais, o autor analisa dados desmembrados entre a agricultura comercial e a familiar. Com isso, conclui que a primeira, em geral, investe mais em tecnologia do que a segunda, e gera maior valor agregado por população ocupada quando a PTF é maior do que 1. Contudo, a agricultura familiar de renda líquida positiva tem alta eficiência com relação à PTF, pois os agricultores familiares mais lucrativos e de conteúdo tecnológico mais baixo se deparam com o maior cálculo da PTF, tendo em vista a alta produtividade da terra aliada ao baixo custo tecnológico.

Destaca-se, ainda, que Vieira Filho (2014) caracteriza como “improdutivos” ou “especulativos” os grupos da agricultura familiar e comercial de baixa eficiência tecnológica. Paralelamente, em relação ao lado comercial, sugere que as políticas públicas busquem melhorar a eficiência produtiva e expulsar os agricultores improdutivos, para estimular o dinamismo. Ademais, explica que na agricultura familiar o baixo dinamismo está relacionado à carência de capacidade de absorção tecnológica e à pobreza rural e, portanto, as políticas direcionadas a esse grupo deveriam ser de natureza estruturante, com melhorias permanentes na educação, na saúde e na infraestrutura, além de ações afirmativas e de transferência de renda, mas temporariamente.

Por outro lado, o autor analisa a concentração de renda na agricultura brasileira, estratificando-a entre “extrema pobreza”, “baixa renda”, “renda média” e “renda elevada”. Ainda de acordo com os dados do Censo Agropecuário de 2006, menos de 1% dos estabelecimentos agropecuários concentram metade da produção, o que indica forte concentração de renda. O Nordeste, por sua vez, está em pior situação de desigualdade, pois 87% dos estabelecimentos de sua região se encontravam, à época do Censo, na categoria de extrema pobreza. Em seguida,

Vieira Filho (2014) observa dados referentes a conhecimento, e mostra que, no país, 29,8% das pessoas que dirigem os estabelecimentos são analfabetas, sendo esse percentual bem maior no Nordeste (46,4% dos dirigentes) e bem menor no Sul (7,4% dos dirigentes). Também se analisou a orientação técnica dada a esses dirigentes, sendo o Nordeste a região menos assistida, com mais de 90% dos estabelecimentos sem receber qualquer tipo de orientação técnica. Esta, quando existia nos estabelecimentos brasileiros, vinha de maior parte do setor público. Finalmente, o autor se preocupou com a questão do envelhecimento dos dirigentes supracitados, algo que já é preocupante nos países desenvolvidos, mas traz um cenário mais pessimista no caso brasileiro, tendo em vista que não há atratividade à busca, na juventude, de oportunidades na área rural.

Logo, observa-se que, a despeito do Brasil ter se tornado um exportador líquido de alimentos, Vieira Filho (2014) defende haver um grande número de desafios pendentes pela frente:

“(…) de nada adianta desenvolver a melhor tecnologia se, na ponta da cadeia, o produtor agrícola não está apto a incorporar e a assimilar os novos conhecimentos, ou mesmo não tem disposição de atuar no meio rural diante das facilidades da vida urbana (educação, melhores oportunidades de emprego, saúde e entretenimento)”. (VIEIRA FILHO, 2014, p. 419)

A ênfase dos dois últimos autores aqui apresentados foi, portanto, bastante positiva com relação ao contexto brasileiro de desenvolvimento agropecuário voltado à tecnologia intensiva, ainda que apontem desafios a serem superados. Na visão de Mattei (2015), entretanto, a segunda tese destaca de maneira exagerada os impactos da Revolução Verde, sem observar os efeitos negativos desse processo nas esferas social e ambiental. Ainda, o mencionado autor diz que nesta tese “existem muitos ataques àqueles que ousarem questionar esses posicionamentos” (MATTEI, 2015, p. S109), além de haver, em suas palavras, uma “apologia” à Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) como instrumento desse novo contexto econômico, contradizendo os momentos em que os autores da tese dizem ter havido uma paralisação da pesquisa científica por razões ideológicas.

2.3 A TERCEIRA TESE⁸

A preocupação com o tema da desigualdade é, diversas vezes, palco de discussões nas ciências econômicas e sociais. Não por outra razão, também é debate presente no tocante ao tema da economia rural. Há mais de 20 anos, Ciprandi e Neto (1996) já haviam dito que o Estado brasileiro beneficiou muito mais as médias e grandes propriedades em suas políticas públicas, criando um contexto de desigualdade e concentração de renda na agropecuária, ao contrário da Europa, que deu ênfase às propriedades familiares na formulação de suas políticas. Ainda, conforme enfatizado por Aquino, Gazolla e Schneider (2017), o Censo Agropecuário de 2006, que trouxe novas variáveis algébricas em relação às estatísticas produzidas anteriormente, fortaleceu a luta do movimento sindical e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) na busca por promover políticas públicas à agricultura familiar, tendo em vista a confirmação de que este é o principal segmento que constitui as ocupações no mundo rural brasileiro e a produção alimentar do mercado doméstico. É verdade, inclusive, que Buainain et al. (2013) sugerem, na terceira tese do mundo rural brasileiro, “O desenvolvimento agrário bifronte”, que as perspectivas dos pequenos produtores são sombrias. A esse respeito, por outro lado, sob a luz da mesma tese, Helfand, Pereira e Soares (2014) defendem que muitos dos desafios enfrentados por esses produtores podem ser parcialmente resolvidos através do desenvolvimento de instituições apropriadas. Em meio a esse emaranhado de ideias, conforme exposto por Aquino, Gazolla e Schneider:

“Na verdade, o que se observa é a predominância de um debate polarizado entre os defensores da agricultura familiar e do desenvolvimento rural de um lado, e, do outro, os que contra-argumentam reafirmando as teses sobre a ‘superioridade tecnológica e produtiva’ das formas não familiares de produção pautadas no trabalho assalariado e no consumo intensivo de insumos modernos”. (AQUINO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017, p. 125)

Adicionalmente, nesse mesmo contexto, o debate sobre a questão agrária é discutido sobre os resultados do Censo Agropecuário de 2006. Já que o debate

⁸ “A nova fase vem concretizando uma dupla face – de um lado, a dinâmica econômica concentra a produção cada vez mais, e de outro lado, aprofunda a diferenciação social, promovendo intensa seletividade entre os produtores rurais. Em nenhum outro momento da história agrária os estabelecimentos rurais de menor porte econômico estiveram tão próximos da fronteira da marginalização.” (BUAINAIN et al., 2013).

sobre desigualdade, pobreza e poder no Brasil rural costuma ser feito com base no tamanho do estabelecimento em hectares, Helfand, Pereira e Soares (2014) analisaram dados acerca de número e valor da produção dos estabelecimentos de acordo com suas escalas, em valor monetário, e seus tamanhos, em hectares. Para elaborar sua análise, foram divididos os estabelecimentos entre os de pequena e os de grande escala, sendo estes últimos aqueles que produziram mais de 10 salários mínimos por mês. Interessante notar que, dentre esta última categoria, 89% dos estabelecimentos possuíam menos de 500 ha de terra, sinalizando a produtividade e competitividade de pequenos e médios estabelecimentos. Ainda, ao se observar os estabelecimentos de grande escala, notou-se que, a despeito de se tratarem de 9,5% do total de estabelecimentos, foram responsáveis por 86,5% do valor da produção agrícola brasileira. Dentre esse grupo, 59% do valor bruto da produção (VBP) originou-se de estabelecimentos com menos de 500 ha. A conclusão dos autores supracitados é a de que o tamanho do estabelecimento é relevante, mas não o fator mais importante na determinação da renda, isto é, a terra não era o principal fator nesse aspecto. Destacou-se, ainda, no referido estudo, que a característica em comum dos “casos de sucesso” citados seria, provavelmente, a utilização de máquinas, adubação e assistência técnica, sendo pelo menos 35 pontos percentuais maior do que nos estabelecimentos de pequena escala. Tais conclusões acabam, por diversas vezes, gerando polêmicas e debates constantes. Uma consequência disso, por exemplo, é o posicionamento de Boechat e Kluck (2017) a respeito da terceira tese, quatro anos após sua apresentação, segundo os quais:

“A lógica do ‘produtivismo’ como única justificativa real para a existência social se voltaria assim, ainda que sem dar “nome aos bois”, por exemplo, contra o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), evidenciando uma análise científica que tem intenções políticas explícitas (...)” (BOECHAT; KLUCK, 2017, p. 439)

Ainda nesse sentido, ressalta-se que, para Mattei (2014), quando a reforma agrária é considerada uma questão irrelevante para o século XXI por autores como Buainain et al. (2013), desconsidera-se o fato de que a geração de riqueza agrária no país após a década de 1960 decorreu da alta disponibilidade de terras férteis no país. Segundo Mattei (2014), ainda, “se isto não fosse verdadeiro, deveríamos nos questionar por que o preço do hectare de terra adquiriu as proporções atuais” (p.

S111), isto é, esse fator ainda é relevante na geração de riqueza agrária brasileira. Por outro lado, em artigo publicado no ano de 2013, intitulado “Os pequenos produtores rurais mais pobres ainda tem alguma chance como agricultores?” e presente na obra “A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: ganhar tempo é possível?”, Buainain e Garcia (2013) afirmam que o que sustenta a atividade agrícola é a produtividade da terra, a qual depende, segundo autores fisiocratas e clássicos dos séculos XVIII e XIX, da “fertilidade natural do solo, da localização e do progresso técnico para a expansão da agricultura” (p. 31). Contudo, na visão de ambos os autores mencionados, as vantagens associadas à natureza podem ser até mesmo anuladas pelo progresso técnico, sendo um exemplo desse fenômeno “a ocupação dos cerrados brasileiros, cujos solos eram considerados, até poucas décadas, como ‘inaptos’ para a agricultura” (p. 31). Outro dado que confirmaria a menor relevância do fator terra, segundo Buainain e Garcia (2013), é a trajetória crescente da PTF no Brasil após 1970, acompanhada pela elevação da produtividade, mas não pela aquisição de novas terras. Para contrastar ideias como essas, Mattei (2014) se posiciona ao dizer que é equivocada a dicotomia de que o capital toma o lugar da terra no âmbito da geração de riqueza social. Em sua visão, a terra, em sendo um ativo financeiro valioso, também é capital. Portanto, não seria possível fundamentar tal distinção.

Assim sendo, após ilustradas as características do debate da questão agrária, que intrinsecamente faz parte da terceira tese proposta por Buainain et al. (2013), cabe destacar a análise feita por Garcia (2014) sob a luz dessa mesma tese, a qual é diferente das anteriores por conter maior enfoque no futuro do trabalho rural. Segundo esse autor, há uma ilusão na qual se pensa que o setor em questão tem oferta abundante de mão de obra, sendo seus problemas resolvíveis com a mecanização ou a substituição entre os fatores capital e trabalho. Essa seria uma visão ilusória justamente por não condizer com a realidade atual nem mesmo para a agricultura familiar. Ocorre que, segundo o autor, tanto as políticas públicas recentes (a partir da década de 1990) quanto a academia ignoraram o mercado de trabalho agrícola em seus enfoques em detrimento da “reforma agrária”. Entretanto, entre as consequências da Revolução Verde, algumas delas foram a liberação de mão de obra e alteração em sua qualidade, além da maior sazonalidade de sua demanda, bem como a alteração dos sistemas produtivos tradicionais para aqueles modernizados. Assim, o autor propõe políticas de amparo aos trabalhadores que

estão sendo dispensados de suas funções e, ao mesmo tempo, a qualidade do trabalho daqueles que já se encontram ocupados. Deve-se, segundo Garcia (2014), adotar programas de requalificação técnica e expandir o sistema de proteção social desses trabalhadores, institucionalizando o mercado agrícola no país.

Depreende-se, desse modo, que uma mesma tese pode ser vista e discutida sob diversos enfoques, sendo o caso da terceira um debate que envolve questões sociais de maneira mais acentuada. As conclusões dos diferentes autores aqui tratados traduzem-se, na verdade, em sugestões de política pública, sendo propostas de relevância econômica e política no caso brasileiro. As principais perguntas observadas nesse contexto são: como tratar a questão agrária no “mundo rural” do século XXI? Qual o lugar do pequeno produtor nesse cenário? E dos trabalhadores? Evidentemente, são questões ainda sem resposta.

2.4 A QUARTA TESE⁹

A questão agrária torna-se ponto central do debate acerca do mundo rural na quarta tese de Buainain et al. (2013): “a história não terminou, mas o passado vai se apagando”. Tal tese pressupõe o desaparecimento de temas “do passado”, tais quais a reforma agrária, tendo em vista as diversas antevistas que, segundo os autores supracitados, foram desmentidas no último século. A hipótese sobre a qual se debruçam os referidos autores é a de que a incorporação de novas terras, diferente do que ocorria no passado, explica pouco do crescimento da produção, já que o dinamismo da agropecuária decorreria principalmente da intensificação tecnológica. Assim sendo, segundo os autores supracitados:

“Em decorrência, uma imediata conclusão se impõe. O tema da reforma agrária, concretamente, perdeu sua relevância, e a insistência (e correspondente alocação de recursos) em ações estatais nesse campo não encontra nenhuma justificativa razoável.” (BUAINAIN et al., 2013, p. 1175).

A esse respeito, cabe ressaltar que o debate exposto na própria obra “O Mundo Rural no Brasil do Século 21”, publicada em 2014 e organizado pelos

⁹ “O último meio século desmentiu diversas antevistas: da exacerbação da questão agrária, simbolizada nas disputas pela terra, às supostas tendências da concentração da propriedade fundiária e, mais ainda, as teses sobre “campepinatos”. Desaparecem assim alguns temas do passado, entre os quais a reforma agrária.” (BUAINAIN et al., 2013).

mesmos autores do artigo mencionado, é bastante amplo. Ramos (2014), por exemplo, discorda em alguns pontos daqueles autores ao reconhecer a persistência da questão agrária no Brasil. Segundo ele, os autores que defendem a ideia de que a questão agrária no Brasil extinguiu-se não consideram alguns dos aspectos fundamentais da realidade fundiária e agrária contemporânea, os quais são: a queda recente na ocupação ou mão de obra dos grandes estabelecimentos agropecuários, pois muitos empregados rurais não são protegidos pelas leis trabalhistas ou habitam áreas urbanas; os atuais conflitos fundiários, que, conforme dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), têm crescido, sendo relacionados à grilagem de terras, ao uso de trabalho escravo e à geração de impactos ambientais negativos nas atividades produtivas; a disputa pelo que “resta” do território, somada à transformação da renda fundiária em capital e à internacionalização do solo nacional; e, por fim, a ideia de que, a reforma agrária é sinônimo da criação de um justo sistema fiscal, que no Brasil é altamente regressivo.

A despeito disso, Navarro (2014), por outro lado, busca explicar “por que não houve (e nunca haverá) reforma agrária no Brasil?”. Em sua visão, os últimos anos vêm revelando um descompasso entre as ideias dominantes na percepção geral da população acerca do campo brasileiro – que seria uma percepção de atraso econômico – e sua respectiva realidade, que é de intensificação tecnológica. Diferentemente de Ramos (2014), o autor faz duras críticas à chamada “questão agrária”, baseando-se na experiência da tentativa de reforma agrária ocorrida no governo militar, através da promulgação, em 1964, da Lei Federal nº 4.504, mais conhecida como Estatuto da Terra, a qual teria apresentado resultados “extremamente pobres”, de acordo com boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra) emitido em 1971 (NAVARRO, 2014). Esta avaliação teria demonstrado que poucos camponeses foram beneficiados pela chamada reforma. Cabe destacar que, segundo Boechat e Kluck (2017), o posicionamento de Navarro demonstra uma substancial mudança em relação ao que o autor expôs no final da década de 1990, através de artigo denominado “Sete teses equivocadas sobre as lutas sociais no campo – o MST e a reforma agrária”, em que se defendia a necessidade da reforma agrária no país.

De todo modo, ressalta-se que, de acordo com Navarro (2014), o desejo pela realização de uma reforma agrária no Brasil já tinha registros no século 19, mas se fortaleceu efetivamente após a segunda metade da década de 1950. Tal momento,

segundo o autor, não foi bem-sucedido sob o golpe militar de 1964, mas pressões políticas culminaram na criação do Estatuto da Terra, “o qual instituiu diversas categorias descritivas que ainda são usadas, como módulo rural e os tipos de imóveis rurais (minifúndios, empresas rurais e latifúndios)” (NAVARRO, 2014, p. 707). Durante o governo militar, contudo, consoante Navarro (2014), apenas 77 mil famílias foram assentadas. Após o período, houve, na década de 1970, o início de um segundo momento de força do movimento pró-reforma agrária, na redemocratização do país. Houve a criação, nesse contexto, do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), em 1984. O referido autor explica, por outro lado, que foi somente a partir do primeiro mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso que a questão agrária se tornou palco de maiores ações. Assim, de 1994 até 2014, mais de um milhão de famílias foram assentadas (NAVARRO, 2014). Entretanto, a forma como esse fenômeno vem ocorrendo não seria, para Navarro, legitimamente por meio de uma “reforma agrária”, dado que:

“Tivemos em nossa história agrária apenas programas governamentais de aquisição de terras para a posterior redistribuição a grupos de famílias rurais pobres e interessadas nos novos assentamentos formados. Ademais, em face do extraordinário processo de modernização tecnológica das regiões de produção agrícola, os preceitos legais que permitiam a desapropriação de imóveis rurais, como no passado, deixaram de ter validade operacional para a instalação dos processos confiscatórios correspondentes. Dessa forma, com o passar do tempo, o Estado brasileiro passou a ser meramente um comprador de imóveis rurais destinados a formar novos assentamentos rurais e, em decorrência dessa mudança, nem mesmo a superficial aparência de reforma agrária que existiu em anos anteriores permaneceu. Por tudo isso, reitera-se, nunca houve reforma agrária no Brasil.” (NAVARRO, 2014, p. 709)

A esse respeito, Boechat e Kluck (2017) afirmam que Navarro “parece estar afirmando que o Estado esteve, desde os anos 1950 (...), colonizando terras devolutas; ignorando o fato de que os fundos territoriais brasileiros já haviam sofrido um processo de apropriação privada desde a metade do século 19, tal como por grilagem ou corrupção interna de órgãos como o INCRA. Cabe enfatizar, ainda, que os autores contrários à questão da reforma agrária utilizam dados estatísticos para defender seus posicionamentos, em geral oriundos do Censo Agropecuário de 2006. Entretanto, na opinião de Boechat e Kluck (2017), essas mesmas estatísticas poderiam ser manipuladas de modos diferentes, pois comprovam que há uma concentração de terras no Brasil “das maiores do mundo” (BOECHAT; KLUCK,

2017, p. 441), já que se observam estabelecimentos com mais de 100 hectares, que representam menos de 10% do total de estabelecimentos, detendo 78,6% da área total disponível. Assim, se poderia concluir justamente a necessidade de uma reforma agrária. Essa também é a crítica dada por Mattei (2014) à quarta tese, que também discorreu a respeito do Índice de Gini, que comprova a desigualdade havida no campo – tal índice apresenta os valores de 0,839, em 1960, e de 0,856 no ano de 2006. Indo além, de acordo com Mattei (2014), a quarta tese, basicamente, estaria “carregada de fortes sentimentos ideológicos” (p. S110). Seus defensores, em sua opinião, estariam produzindo afirmações textuais sem se preocupar com as conexões entre estas e suas respectivas realidades. Ademais, estariam, também, esquecendo de discutir os problemas da concentração fundiária e das relações de trabalho no campo. A nova realidade, segundo Mattei (2014), prejudica o pequeno produtor, tendo em vista que a renda deste não contribui, teoricamente, para o dinamismo do mercado interno. Assim, o referido autor afirma não apenas a necessidade da reforma agrária, como também a de implementação de políticas de desenvolvimento rural. Desse modo, conclui:

“Em síntese, dados e informações empíricas apresentadas neste item são suficientes para demonstrar a inconsistência de mais uma dessas teses que, longe da inquestionabilidade empírica, enveredam-se fortemente para a esfera de um debate meramente ideológico que privilegia a negação pela negação.” (MATTEI, 2014, p. S118).

Ainda, para uma maior profundidade no debate, em se falando de reforma agrária, é interessante dizer que, de acordo com Tavares et al. (2009), esta é necessária e precisa ser discutida. Entretanto, os autores acreditam que, no Brasil, faz-se necessário alterar alguns dos atuais instrumentos existentes para sua efetiva implantação: os juros compensatórios que se pagam pelo INCRA sobre as propriedades rurais são muito custosos, sendo, em muitos casos, preferível realizar um acordo judicial do que enfrentar os trâmites comuns no Judiciário. Assim, os autores recomendam mudanças na legislação que alterem questões como essa, dos juros compensatórios. Além disso, também recomendam mudanças no poder judiciário, que faz com que milhares de famílias – e o próprio INCRA – estejam aguardando decisões judiciais acerca de imissão de posse. Adicionalmente, Tavares et al. (2009) defendem que “um programa de reforma agrária tem de se inserir como um programa estratégico de desenvolvimento sustentável do País, em todas as

regiões” (p. 55). Os pontos mais importantes nesse processo devem ser, segundo os autores, assentar as famílias e investir no ordenamento fundiário, ou seja, separar o que é terra pública do que é terra privada, dar destino à terra pública e regularizar os pequenos agricultores.

Depreende-se, portanto, que a quarta tese não se trata de uma questão encerrada. A reforma agrária é, como visto na seção anterior, tema ainda palco de discussões no campo da política e das ciências econômicas, em especial no Brasil. As estatísticas utilizadas pelos autores de opiniões distintas podem ser trabalhadas de acordo com os enfoques que dão à questão agrária: se necessária ou não. Mais uma vez, uma das sete teses do mundo rural brasileiro contemporâneo não se trata exatamente de uma “tese”, mas de um conjunto ideológico que se contrapõe a outro. O debate não se encerrou.

2.5 A QUINTA TESE¹⁰

O papel do Estado mudou: essa é a visão exposta na quinta tese de Buainain et al. (2013), “O Estado – da modernização às novas tarefas”. Os autores expõem o fato de que, entre 1985 e 2011, houve uma queda do percentual dos fundos do tesouro nacional em relação ao financiamento total da agricultura. Ademais, também apresentam a queda havida, entre 1980 a 2010, no percentual do orçamento público destinado às atividades rurais. Ainda assim, o número de políticas e ações de ministérios e suas respectivas agências não para de crescer, mas, na opinião dos autores, são iniciativas “fragmentadas, improvisadas e sem nítidos objetivos estratégicos” (p. 1177). Assim, o seguinte questionamento é feito: o que realmente quer o Estado no mundo rural brasileiro? A esse respeito, cabe destacar que Grisa e Schneider (2014) falaram, por exemplo, da importância do Estado na promoção da agricultura familiar, ressaltando, contudo, que, no final da década de 1980:

¹⁰ “Durante o período inicial de modernização, esgotou-se um conjunto de “primeiras tarefas” de transformações rurais induzidas pelo Estado, combinando crédito rural, pesquisa agrícola e serviços de ATER estatais. Nessa fase diversos agentes privados passaram a se dedicar à produção de pesquisa e a difundir inovações, além de disputar o bolo da riqueza. Paralelamente, o Estado foi “saindo à francesa”, o que é comprovado pelos gastos públicos na agricultura. Abre-se assim uma nova fase, na qual os agentes privados serão os principais atores do desenvolvimento.” (BUAINAIN et al., 2013)

“O processo de liberalização econômica – construído a partir das ideias de um novo referencial global (o neoliberalismo) para enfrentar a crise política e financeira das décadas de 1980 e 1990 – impôs novas estratégias e instrumentos para a ação governamental: redução da intervenção do Estado, desregulamentação das atividades econômicas, privatização de companhias estatais, liberalização dos mercados etc.” (GRISA; SCHNEIDER, 2014, p. S130).

Para Medeiros (2015), esse mesmo contexto citado por Grisa e Schneider causou a desnacionalização da agroindústria e indústria de alimentos brasileira, estimulando, por conta disso, aquisições de empresas brasileiras de industrialização de alimentos, de carnes, de produção de insumos agrícolas e outras do ramo por grupos internacionais. Paralelamente, o BNDES teria, segundo Medeiros, ampliado, no início dos anos 2000, o apoio financeiro aos setores produtivos da agricultura, expandindo recursos e reduzindo níveis de juros – após a crise de 2008, por exemplo, foi criado o Programa de Crédito Especial Rural (Procer), bem como o Programa de Sustentação do Investimento (PSI), os quais liberaram no período de 2009 a 2011 R\$ 16,3 bilhões para as empresas da agroindústria. Contudo, Medeiros critica o fato de que, a despeito dessa expansão de crédito, os grandes grupos internacionais continuaram a dominar o setor, já que as inovações tecnológicas ocorridas se concentram nas mãos de empresas oligopolistas como, na época, a Monsanto, Syngenta e Novartis, e até mesmo a pesquisa pública seria indiretamente por elas controlada. Nesse sentido, consoante Grisa e Schneider (2014), as medidas de liberalização econômica geraram maior fragilidade social dos pequenos agricultores, que se mobilizaram e passaram a exigir uma ampliação de políticas públicas a seu favor. Em decorrência dessa mobilização é que teria sido criado o Pronaf, em 1995, considerado um marco do reconhecimento do Estado brasileiro à categoria social (GRISA; SCHNEIDER, 2014). Entretanto, a interpretação de Buainain et al. (2013) é a de que o Estado tem feito diagnósticos incorretos das transformações que ocorrem na agricultura, resultando em equívocos nas suas iniciativas. Para eles, a ação estatal poderia ser considerada até mesmo desnecessária na conjuntura analisada.

A questão é abordada, nas mesmas perspectivas de Buainain et al. (2013) e com alinhamento, portanto, à quinta tese, por Santana et al. (2014). Segundo eles, na metade da década de 1950 a agricultura, frente ao desenvolvimento urbano industrial, começou a ter sua funcionalidade questionada. O momento era, também, de acirramento das tensões sociais, de lento crescimento da produção doméstica de

alimentos – sendo que havia, em paralelo, um processo de urbanização e crescimento da renda – e de crises de abastecimento alimentar, além da inflação causada pelo aumento no preço de alimentos, que gerava uma demanda de aumento salarial pelos trabalhadores. Nesse cenário, os fazedores de política passaram a observar com maior enfoque não a estrutura agrária, mas sim, o atraso tecnológico do setor. Assim, foi criado o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED), de 1968-70, definindo como medidas para a agricultura a elevação da produtividade e a ruptura de barreiras de abastecimento. Passou a haver, desde então, um “padrão de intervenção planejado” (Santana et al., 2014, p. 800) por parte do Estado, que teve como principais instrumentos o crédito rural, a garantia de preços mínimos e de comercialização. A modernização ocorrida posteriormente favoreceu principalmente grandes e médios produtores rurais, segundo os autores supracitados. Os resultados? Um aumento nos indicadores de modernização ao longo da década de 1970, mas, em seguida, previsivelmente, uma perda de dinamismo na década de 1980. As crises de abastecimento voltaram, os preços agrícolas subiram novamente e voltaram a acentuar a inflação, e houve um aumento das importações agropecuárias, pressionando ainda mais a balança comercial. Houve uma passagem, após esse período, para um modelo de intervenção não mais planejado, mas sim, conjuntural, o qual se tornou, após a derrota do Plano Cruzado em 1987, uma intervenção “caótica”, em que o Estado “passa a responder, cada vez mais, a demandas fragmentadas, conflitantes entre si e incompatíveis” (Santana et al., 2014, p. 802). Assim, os referidos autores opinam que tais intervenções desestabilizaram a agricultura.

O modelo de intervenção mais liberal adotado após a década de 1990, já comentado por Medeiros (2015), Grisa e Schneider (2014), por sua vez, também foi analisada por Santana et al. (2014). Segundo eles, a tese de que houve uma fuga do Estado baseia-se na baixa participação do Tesouro no financiamento de crédito rural na primeira década do século 21. Entretanto, tal fenômeno seria, para estes autores, apenas transitório, pois ao analisarem o período de 2003 a 2014, Santana et al. (2014) posicionam-se no sentido de que as fontes públicas ainda constituem a base de financiamento do setor agrícola. O crédito rural é considerado, ainda, bastante caro para o Tesouro. Contudo, em razão do ponto de inflexão trazido pelas políticas mais liberais adotadas anteriormente, considera-se que o Brasil dificilmente vai voltar a ter sua agricultura guiada por intervenções estatais, que, na visão dos

autores, ao invés de corrigir falhas de mercado, aumenta as distorções de seu funcionamento. Por outro lado, os autores concluem que o momento atual não se trata de uma “saída à francesa do Estado” como pressupõe a quinta tese, tendo em vista que a participação deste no setor agrícola continua bastante significativa. Segundo eles, entretanto:

“No fundo, o Estado e a estrutura institucional ficaram velhos para lidar com a nova agricultura: a organização dos ministérios, funcional e política, já não representa a realidade de hoje. O Mapa se mantém enraizado no setor, enquanto o setor se move de forma profundamente articulada e dependente de outros setores para os quais a agricultura é irrelevante e sobre os quais o Mapa não tem qualquer influência.” (SANTANA et al., 2014, p. 820-821).

Gasques e Bastos (2014), por seu turno, analisaram através de dados os gastos públicos no Brasil e sua relação com o desenvolvimento da agropecuária no país. Os autores elencam que, após 1990, o período de forte subsídio ao crédito rural e de intervenções se findava. O montante da redução dos gastos públicos entre a década de 1990 e a primeira década do ano 2000 foi de R\$ 100 bilhões. Paralelamente, o que ocorria no cenário macroeconômico era uma abertura econômica e a criação de planos de estabilização. Havia, também, um corte nos subsídios agrícolas – cortes esses referentes aos subsídios ao crédito rural e também sobre produtos como açúcar, álcool e trigo –, a criação de novas fontes de crédito rural e a mudança na forma de atuação do governo nesse aspecto. Houve a criação, à época, de fontes de financiamento e de títulos lastreados em operações agropecuárias. Programas de investimento criados à época, com taxas de juros atrativas, foram relevantes para suprir recursos para a agricultura, tais quais o Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota), o Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem (Moderinfra), o Finame (financiamento por intermédio de instituições financeiras credenciadas, para produção e aquisição de máquinas e equipamentos novos e de fabricação nacional), o Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC) e o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp).

Gasques e Bastos (2014) também destacam que, através da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, o governo passou a atuar mediante a equalização de taxas, que consiste em “uma subvenção econômica cuja finalidade é cobrir a diferença entre o custo de captação de recursos das instituições financeiras, acrescido dos

custos administrativos e tributários em que incorrem, e a taxa paga pelo tomador final do crédito” (p. 872). Para os referidos autores, uma consequência do sistema de equalização supracitado foi a menor participação governamental no financiamento da agricultura, pois essa participação passou a ser prioritariamente de gestão. Ademais, outra medida relevante por eles citada que contribuiu para a redução dos gastos governamentais no setor foram os instrumentos que vinculavam o setor privado à comercialização dos produtos, reduzindo custos com estoques públicos, antes feitos pelo governo.

Com relação às mudanças ocorridas no papel do Estado na agricultura após 1990, destaca-se que muitos dos autores aqui abordados as consideram positivas para o mundo rural brasileiro, enquanto outros as consideram negativas. Portanto, mais uma vez, o debate se prolonga e não possui consenso na academia. Nesse sentido, Mattei (2014) faz críticas à quinta tese de Buainain et al. (2013), pela forma como discute o tema, pois, segundo o autor:

“A quinta tese discute o papel do Estado no processo de modernização da agricultura, afirmando que atualmente são os agentes privados os principais atores do desenvolvimento (sic). Para tanto, justifica-se esses argumentos com dados relativos aos gastos públicos, sobretudo a partir da década de 1990, a qual é tomada como marco histórico do processo de mudanças. Na verdade, esse foi um período histórico de avanços expressivos do projeto neoliberal no país, especialmente nas esferas econômica e política. Por isso, os argumentos apresentados não se constituem em uma tese em si mesma, apenas em fragmentos analíticos contaminados pelos resquícios dos debates ideológicos da última década do século XX.” (MATTEI, 2014, p. S110).

2.6 A SEXTA TESE¹¹

A sexta tese de Buainain et al. (2013), “a ativação de uma relação perversa”, fornece uma visão pessimista, para o caso brasileiro, no que concerne aos estabelecimentos rurais de porte menor. De acordo com os referidos autores, nos países avançados capitalistas, a agricultura foi se mostrando menos rentável, e por essa razão presenciou fuga de capital, que migrou para outros setores.

¹¹ “Mesmo nas regiões rurais que prosperaram em virtude de alguma “dinâmica agrícola”, acaba prevalecendo uma tendência perversa em relação aos estabelecimentos rurais de menor porte econômico, ainda que apenas por duas razões. Primeiramente, os filhos migram para não mais voltar, pois existe um custo de oportunidade muito elevado. E, segundo, porque a oferta de trabalho contratado também se reduz, pelo abandono do campo, o que eleva os salários rurais.” (BUAINAIN et al., 2013)

Concomitantemente, a classe média rural, composta de agricultores familiares, foi ocupando aquelas atividades nos países mencionados. Para os autores, contudo, no Brasil, o caminho foi ao sentido contrário, tendo em vista que, atualmente, as regiões rurais prosperam e criam riqueza, mas há uma marginalização social dos pequenos produtores.

Nesse sentido, Santos et al. (2014) analisam a questão sob o prisma da sexta tese exemplificando o caso do Semiárido nordestino, que engloba os estados de Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, além do Vale do Jequitinhonha (no Norte de Minas Gerais), abrangendo 1133 municípios e ocupando 10,5% do território nacional. Segundo os autores, desde posicionamentos de esquerda, como os de João Goulart e Celso Furtado, até posicionamentos de direita, como a ditadura militar, passaram por buscas de combate à pobreza naquela região. Assim, fica difícil relacionar tal condição ao modo de vida daquela população. Nesse cenário, mesmo assim, o Censo Agropecuário de 2006 divulgou que a agricultura familiar era responsável por 70% da produção alimentar básica dos brasileiros, e para muitos isso foi considerado uma conquista para a soberania alimentar nacional. Houve, após essa divulgação, uma vontade popular em prol dos pequenos estabelecimentos rurais do Semiárido nordestino. Entretanto, segundo SILVA e COSTA (2014):

“Na ânsia de dar destaque à agricultura familiar, o Censo mais escondeu do que mostrou a respeito da realidade no campo, ocultando cada vez mais a diversidade dos estabelecimentos rurais de menor porte econômico no plano regional.” (SILVA; COSTA, 2014, p. 948)

Inicialmente, os autores supracitados cuidam de definir o “Semiárido” como sendo um sinônimo de “Sertão” ou “Polígono das Secas”, sendo, em suma, regiões nordestinas em que os solos são rasos e alcalinos, a insolação é alta, há uma deficiência hídrica e secas periódicas, as condições sociais e econômicas são críticas, a estrutura agrária apresenta forte concentração, o grau de escolaridade é baixo, há pouquíssima dotação de capital e acesso à tecnologia. Nesse contexto, a consequência de tais condições é a dificuldade de sobrevivência de uma família média de quatro pessoas, fazendo com que a tentativa de sobreviver resulte em degradação ambiental. Com relação, ainda, à população local, esta se caracteriza por apresentar forte densidade demográfica e falta de instrução, perfazendo 60%

das pessoas com idade superior a 10 anos sem instrução ou com ensino fundamental incompleto (SANTOS et al., 2014). Os autores também enfatizam que cerca de 10 milhões de pessoas, naquele local, não possuem acesso à renda, sobrevivendo através de benefícios do governo. Ademais, cerca de 60% dos estabelecimentos naquela região se caracterizam por minifúndios com menos de 5 hectares. Indo mais além, as próprias condições edafoclimáticas são críticas na região, a qual tem como base o xerofilismo, isto é, sociedades florísticas que vivem sedentas de água. O volume e escoamento de água na região deixa a desejar na qualidade, segundo Santos et al. (2014). Todos esses fatores, aliados à alta concentração fundiária do local, explicam, segundo esses autores, “por que os estabelecimentos rurais de menor porte econômico, embora somem cerca de 65% do número total de estabelecimentos, contribuem apenas com 31% do valor total da produção agrícola” (p. 959). Assim, a visão aqui exposta corrobora com o pessimismo da sexta tese em relação aos estabelecimentos agrícolas de menor porte.

2.7 A SÉTIMA TESE¹²

Buainain et al. (2013) afirmam que, no Brasil, nunca houve uma política de desenvolvimento rural. Com isso, criou-se a sétima tese do mundo rural brasileiro: “rumo à via argentina de desenvolvimento”, ideia segundo a qual o desenvolvimento agrário brasileiro apresenta como características “o esvaziamento demográfico do campo, o predomínio da agricultura de larga escala, a alta eficiência produtiva e tecnológica, e o posicionamento, no caso brasileiro, como o maior produtor mundial de alimentos” (BUAINAIN et al., 2013, p. 1179). De acordo com os autores, a única maneira de se evitar que o caso brasileiro se assemelhe ao do seu vizinho é através da elaboração de políticas de desenvolvimento rural. Destacou-se, na elaboração dessa tese, que a ação governamental atual é inadequada, pois foca na ampliação da produção de larga escala, em detrimento da integração dos produtores de médio e menor porte econômico ao atual processo de transformação tecnológica do setor.

¹² “Jamais ocorreu no Brasil uma política de desenvolvimento rural. Inexistindo tal ação governamental, o desenvolvimento agrário brasileiro vai impondo uma “via argentina”: o esvaziamento demográfico do campo, o predomínio da agricultura de larga escala, a alta eficiência produtiva e tecnológica, e o posicionamento, no caso brasileiro, como o maior produtor mundial de alimentos.” (BUAINAIN et al., 2013)

Com relação à “argentinização” do desenvolvimento rural brasileiro suposta por Buainain et al. (2013), vale ressaltar que tal modelo se contrapõe às políticas que ocorrem na Europa para a agricultura, focadas no desenvolvimento territorial, através de instrumentos como, por exemplo, as indicações geográficas. A respeito desta forma de desenvolvimento, Pecqueur (2005) elenca a escala local – ao invés de um quadro macroeconômico – como um lugar efetivo de elaboração dos processos de desenvolvimento. No que tange ao desenvolvimento local (ou territorial), destaca-se que este visa promover a dinâmica de relações não mercantis entre os homens para valorizar as riquezas que possuem. O fenômeno seria o exato oposto ao da argentinização, que se caracteriza por uma grande quantidade de terra produtiva com esvaziamento populacional da área rural.

Ainda assim, no que tange à sétima tese de Buainain et al. (2013), Favareto (2014) apresenta um contraponto à noção de “argentinização” do desenvolvimento rural brasileiro. Segundo ele, essa tese já começa equivocada ao supor que o desenvolvimento rural é objeto exclusivamente de política governamental. Ainda, consoante o autor:

“Talvez em parte expressiva do Cerrado brasileiro esteja ocorrendo uma dinâmica de desenvolvimento marcada pelas características associadas ao que os autores denominaram ‘modelo argentino’ (grandes propriedades altamente tecnificadas e esvaziamento demográfico dos campos). Mas nem de longe se pode afirmar que tal configuração se faz igualmente presente em outras regiões ou espaços intrarregionais, ou mesmo que isso seja uma tendência generalizada.” (FAVARETO, 2014, p. 1104)

O autor mencionado destaca que existe uma “sobrevvalorização” da importância do setor primário para a economia nacional. Favareto (2014) destaca, através de dados do IBGE e do Ministério do Trabalho e do Emprego retirados de 2010, que não há mais um forte movimento de êxodo rural no país, não havendo, também, uma relação direta entre o esvaziamento populacional e a tecnificação da agricultura.

3 CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi apresentar a discussão em torno das Sete Teses sobre o Mundo Rural Brasileiro, de Buainain et al. (2013), que buscaram, sobretudo, analisar a agricultura brasileira sob a ótica do desempenho econômico realizado por esse setor, ou correlacionando o setor ao desenvolvimento das regiões rurais. As teses expostas, em muitas vezes, atacam explicitamente outras visões acerca da produção agrícola e, por esse motivo, não foram consideradas visões plurais por muitos dos autores aqui citados. Desse modo, foram espaço de amplos debates desde então.

Pode-se considerar, de acordo com as análises apresentadas, que um dos focos do debate é o pressuposto do qual partem os autores das sete teses, sob o qual haveria um novo momento de desenvolvimento do mundo rural brasileiro. Mattei (2014), por exemplo, considera tal pressuposto contraditório na medida que fenômenos contraditórios são tratados como semelhantes nas sete teses, como, por exemplo, os termos “desenvolvimento da agricultura” e “desenvolvimento das regiões rurais”. Além disso, Mattei (2014) considera que os autores negaram o processo conservador da modernização agrícola brasileira (através do latifúndio e das velhas oligarquias rurais). Boechat e Kluck (2017), por seu turno, elencam a apresentação das sete teses como cheia de lacunas, incoerentes e vestidas por um caráter ideológico.

Enquanto tais visões opostas entraram em choque ao longo desses anos, o Brasil assistiu a um cenário em que o próprio debate agrícola foi perdendo a importância. Origuéla, Coca e Pereira (2019), por exemplo, expuseram as consequências de avanços neoliberais na América Latina no que concerne ao campo, com os governos brasileiros mais contemporâneos, a exemplo da extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), bem como de descasos com questões como a demarcação de terras indígenas e quilombolas, além do próprio aumento da violência no campo e da criminalização de movimentos socioterritoriais. É nítido ver que a academia passou um tempo preocupada em discutir visões acerca do mundo rural, enquanto, por detrás dessas discussões, emergia um novo mundo em que a questão rural não parecia mais tão relevante de ser discutida pela sociedade.

Ainda assim, deve-se ressaltar que, se o papel principal das sete teses foi o de fomentar o debate sobre as questões do mundo rural, tal papel foi cumprido com sucesso. A própria obra citada diversas vezes neste trabalho, “O mundo rural no Brasil do século 21” (BUAINAIN et al., 2014), expõe visões discordantes entre si acerca de cada um daqueles sete temas, de modo que defende uma pluralidade e a existência de um debate, ao contrário de uma visão impositiva.

4 REFERÊNCIAS

AQUINO, J.R.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Dualismo no Campo e Desigualdades Internas na Agricultura Familiar Brasileira. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 56, n. 1, p. 123-142, Mar. 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032018000100123&lng=en&nrm=iso>. <http://dx.doi.org/10.1590/1234-56781806-94790560108>.

BALESTRO, M. V; LOURENÇO, L. C. Notas para uma análise da financeirização do agronegócio: Além da volatilidade dos preços das commodities. In: BUAINAIN, A. M. et al. (Ed.) **O mundo rural no Brasil do século 21: A formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014. p. 243-263.

BOECHAT, C. A.; KLUCK, E. G. J. O debate sobre as “sete teses do mundo rural brasileiro”: um breve balanço recente sobre a modernização (conservadora). **Estudos Sociedade e Agricultura**, vol. 25, n. 2, p. 430–455, 2017. Disponível em: <<https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/881>>.

BRASIL. Lei nº 8929, de 22 de agosto de 1994. Brasília.

BUAINAIN, A.M. (Ed.) **O mundo rural no Brasil do século 21: A formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014.

BUAINAIN, A. M. et al. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. **Revista de Política Agrícola**, v. 22, n. 2, p. 105-121, 2013.

BUAINAIN, Antônio Márcio. Alguns condicionantes do novo padrão de acumulação da agricultura brasileira. In: BUAINAIN, A. M. et al. (Ed.) **O mundo rural no Brasil do século 21: A formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014. p. 211-240.

BUAINAIN, A. M.; GARCIA, J. R.. Os pequenos produtores rurais mais pobres ainda têm alguma chance como agricultores? In: SANTOS, M. M. et al. **A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: Ganhar tempo é possível?** Brasília: CGEE, 2013. p. 29-70.

CASTRO, A. B. **Sete Ensaios sobre a Economia Brasileira**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Editora Forense, 1969.

CIPRANDI, O.; NETO, J. F. As perspectivas da pequena produção familiar na agricultura. **Cienc. Rural**, Santa Maria, v. 26, n. 1, p. 135-141, Abr. 1996. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84781996000100025&lng=en&nrm=iso>. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-84781996000100025>.

FAVARETO, A. Um contraponto à tese da “argentinização” do desenvolvimento rural no Brasil. In: BUAINAIN, A. M. et al. (Ed.) **O mundo rural no Brasil do século 21: A formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014. p. 1101-1124.

GARCIA, J. R. Trabalho rural: tendências em face das transformações em curso. In: BUAINAIN, A. M. et al. (Ed.) **O mundo rural no Brasil do século 21: A formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014. p. 559-590.

GASQUES, J. G.; BASTOS, E. T. Gastos públicos e o desenvolvimento da agropecuária brasileira. In: BUAINAIN, A. M. et al. (Ed.) **O mundo rural no Brasil do século 21: A formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014. p. 864-890.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 52, supl. 1, p. 125-146, 2014.

HELFAND, S. M.; PEREIRA, V. F.; SOARES, W. L.. Pequenos e médios produtores na agricultura brasileira: situação atual e perspectivas. In: BUAINAIN, A. M. et al. (Ed.) **O mundo rural no Brasil do século 21: A formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014. p. 533-558.

MATTEI, L. Considerações acerca de teses recentes sobre o mundo rural brasileiro. In: **Rev. Econ. Sociol. Rural**, v. 52, spl. 1, Brasília, 2014, p. 1-13.

MEDEIROS, M.C.. Estado, Capital Financeiro e Agricultura no Brasil Atual. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, 11, 2015, São Paulo. **Anais do XI - ENANPEGE**. São Paulo: Enanpege, 2015. p. 6223 - 6232.

NAVARRO, Z. Por que não houve (e nunca haverá) reforma agrária no Brasil? In: BUAINAIN, A. M. et al. (Ed.) **O mundo rural no Brasil do século 21: A formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014, p. 559-590.

ORIGUÉLA, C. F.; COCA, E.L.; PEREIRA, L. I. Compreendendo o avanço do neoliberalismo na agricultura através do debate paradigmático. **Revista Nera**, São Paulo, v. (?), p. 08-12, 2019.

PECQUEUR, B. O Desenvolvimento Territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul. **Raízes**, Campina Grande, v. 24, n. 1 e 2, p. 10-22, jan.-dez., 2005

RAMOS, P. Uma história sem fim: a persistência da questão agrária no Brasil contemporâneo. In: BUAINAIN, A. M. et al. (Ed.) **O mundo rural no Brasil do século 21: A formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014. p. 559-590.

SANTANA, C. A. M.; BUAINAIN, A. M.; SILVA, F. P.; GARCIA, J. R.; LOYOLA, PEDRO. Política agrícola: avanços e retrocessos ao longo de uma trajetória positiva. In: BUAINAIN, A. M. et al. (Ed.) **O mundo rural no Brasil do século 21: A formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014, p. 795-826.

SILVA, A. G.; COSTA, F. B. Os estabelecimentos rurais de menor porte econômico do Semiárido nordestino frente às novas tendências da agropecuária brasileira. In: BUAINAIN, A. M. et al. (Ed.) **O mundo rural no Brasil do século 21: A formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014, p. 945-977.

SILVEIRA, J. M. da. Agricultura brasileira: o papel da inovação tecnológica. In: BUAINAIN, A. M. et al. (Ed.) **O mundo rural no Brasil do século 21: A formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014. p. 373-394.

SOUZA FILHO, H. M.de. Geração e distribuição de excedente em cadeias agroindustriais: implicações para a política agrícola. In: BUAINAIN, A. M. et al. (Ed.) **O mundo rural no Brasil do século 21: A formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014. p. 317-336.

TAVARES, Maria da Conceição; GOMES, Gerson; HACKBART, Rolf; MEDEIROS, Leonilde; SAMPAIO, Plínio de Arruda; STEDILE, João Pedro; SANTOS, Manoel. **Cadernos do Desenvolvimento**. Ano 4, nº 6. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2009.

VIERA FILHO, José Eustáquio Ribeiro. Transformação histórica e padrões tecnológicos da agricultura brasileira. In: BUAINAIN, A. M. et al. (Ed.) **O mundo rural no Brasil do século 21: A formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014. p. 373-394.